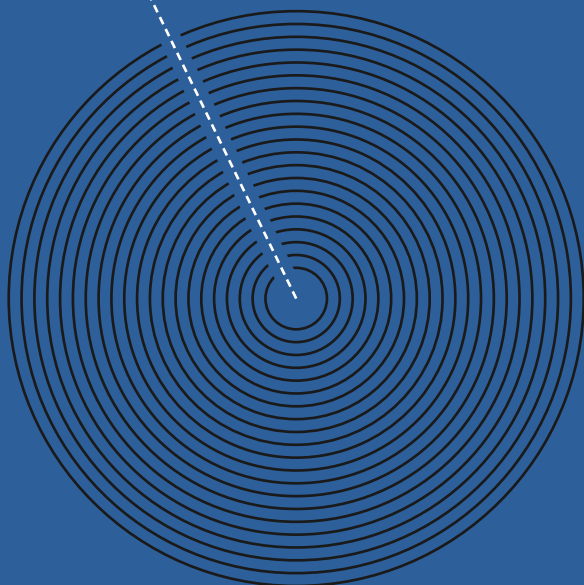


PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura

ACESSIBILIDADE CULTURAL: ATRAVESSANDO FRONTEIRAS



ORGANIZADORAS

Desirée Nobre Salasar

Francisca Ferreira Michelon



ACESSIBILIDADE CULTURAL: ATRAVESSANDO FRONTEIRAS

ORGANIZADORAS

Desirée Nobre Salasar

Francisca Ferreira Michelin



Palestras proferidas no Seminário Internacional de Acessibilidade Cultural promovido pela Rede de Museus da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPEL.



PR
Pró-Reitoria de
EC
Extensão e Cultura





Reitoria

Reitor: *Pedro Rodrigues Curi Hallal*

Vice-Reitor: *Luis Isaias Centeno do Amaral*

Chefe de Gabinete: *Paula Haertel*

Pró-Reitor de Graduação: *Maria de Fátima Cósio*

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação: *Flávio Fernando Demarco*

Pró-Reitor de Extensão e Cultura: *Francisca Ferreira Michelin*

Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: *Otávio Martins Peres*

Pró-Reitor Administrativo: *Ricardo Hartlebem Peter*

Pró-Reitor de Infra-estrutura: *Julio Carlos Balzano de Mattos*

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis: *Mário Renato de Azevedo Jr.*

Pró-Reitor de Gestão Pessoas: *Sérgio Batista Christino*

Conselho Editorial

Presidente do Conselho Editorial: *Ana da Rosa Bandeira*

Representantes das Ciências Agrárias: *Victor Fernando Büttow Roll (TITULAR)* e *Sandra Mara da Encarnação Fiala Rechsteiner*

Representantes da Área das Ciências Exatas e da Terra: *Eder João Lenardão (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências Biológicas: *Rosângela Ferreira Rodrigues (TITULAR)* e *Francieli Moro Stefanello*

Representantes da Área das Engenharias: *Reginaldo da Nóbrega Tavares (TITULAR)*

Representantes da Área das Ciências da Saúde: *Fernanda Capella Rugno (TITULAR)* e *Anelise Levay Murari*

Representantes da Área das Ciências Sociais Aplicadas: *Daniel Lena Marchiori Neto (TITULAR)*, *Eduardo Grala da Cunha* e *Maria da Graças Pinto de Britto*

Representante da Área das Ciências Humanas: *Charles Pereira Pennaforte (TITULAR)*, *Lucia Maria Vaz Peres* e *Pedro Gilberto da Silva Leite Junior*

Representantes da Área das Linguagens e Artes: *Lúcia Bergamaschi Costa Weymar (TITULAR)*, *Chris de Azevedo Ramil* e *João Fernando Igansi Nunes*



Filiada à A.B.E.U.

Rua Benjamin Constant, 1071 - Porto
Pelotas, RS - Brasil
Fone +55 (53)3284 1684
editora.ufpel@gmail.com

Chefia

Ana da Rosa Bandeira
Editora-Chefe

Seção de Pré-Produção

Isabel Cochrane
Administrativo

Seção de Produção

Suelen Aires Böettge
Administrativo
Anelise Heidrich
Revisão
Franciane Rosa de Medeiros (Bolsista)
Design Editorial

Seção de Pós-Produção

Morgana Riva
Assessoria
Madelon Schimmelpfennig Lopes
Administrativo

PREC

Transcrição das palestras

Desirée Nobre Salasar
Francisca Ferreira Michelin
Jéssica Veras Araújo
Lisiane Gastal Pereira
Rogéria Aparecida Cruz Guttier
Talita Garcia Oliveira.

Comissão Organizadora do SIAC

Professora Ms. Desirée Nobre Salasar
Professora Dra. Francisca Ferreira Michelin
Amanda Correa Botelho
Jéssica Veras Araújo
Roger Felipe Rocha Vilela
Talita Garcia de Oliveira

Comissão de Apoio do SIAC

Mateus Schmeckel Mota
Felipe Fehlberg Herrmann
Equipe PREC
Seção de Tradutores e Intérpretes de Libras (NAI-UFPEL)

Revisão textual

Roger Felipe Rocha Vilela

Projeto Gráfico e Diagramação

Guilherme Bueno Alcântara

PR Pró-Reitoria de EC Extensão e Cultura

Pró-Reitora

Francisca Ferreira Michelin

Secretária

Nádia Najara Kruger Alves

Coordenador de Arte e Inclusão

João Fernando Igansi Nunes

Coordenadora de Patrimônio Cultural e Comunidade

Silvana de Fátima Bojanoski

Coordenador de Extensão e Desenvolvimento Social

Felipe Fehlberg Herrmann

Núcleo de Formação, Registro e Acompanhamento

Chefe Ana Carolina Oliveira

Nogueira

Cátia Aparecida Leite da Silva

Rogéria Aparecida Cruz Guttier

Núcleo de Ação e Difusão Cultural

Chefe Mateus Schmeckel Mota

Letícia Dutra Zimmermann

Chefe da Seção de Mapeamento e Inventário

Andrea Lacerda Bachettini

Chefe da Seção de Integração Universidade e Sociedade

Norlai Alves Azevedo

Seção de Captação e Gestão de Recursos

Chefe Paula Garcia Lima

Elias Lisboa dos Santos

Colaboradores

Desirée Nobre Salasar

Jerri Teixeira Zanusso

Valdecir Carlos Ferri

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional

Ubirajara Buddin Cruz – CRB 10/901

Biblioteca Setorial de Ciência & Tecnologia - UFPel

A174 Acessibilidade cultural : atravessando fronteiras [recurso eletrônico] / org. Desirée Nobre Salasar, Francisca Ferreira Michelin. – Pelotas : Ed. da UFPel, 2020.
356 p. : il. color. - Bibliografias. – Palestras proferidas no Seminário Internacional de Acessibilidade Cultural promovido pela Rede de Museus da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFPel.

ISBN: 978-65-86440-26-3

1.Acessibilidade cultural. 2.Cultura. 3.Inclusão. I.Salasar, Desirée Nobre. II.Michelon, Francisca Ferreira.

CDD: 069.17

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO O SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE ACESSIBILIDADE CULTURAL: EXTENSÃO, INTEGRAÇÃO E INCLUSÃO	9
<i>Francisca Ferreira Michelin</i>	
INTRODUÇÃO	13
<i>Desirée Nobre Salasar</i>	
COMUNICAMOS PARA QUEM?	17
<i>Maria Vlachou</i>	
AUDIOVISUAL COM ACESSIBILIDADE: A IMPORTÂNCIA DE INCLUIR E AMPLIAR PÚBLICO	28
<i>Marilaine Castro Costa</i>	
ACESSIBILIDADE CULTURAL NO ENSINO SUPERIOR: NOTAS SOBRE ALGUMAS INICIATIVAS NO CONTEXTO DA UFRN	38
<i>Jefferson Fernandes Alves</i>	
O CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM ACESSIBILIDADE CULTURAL	65
<i>Patricia Dorneles e Claudia Reinoso</i>	
UM MUSEU DE TODOS NÓS E PARA TODOS OS OUTROS: O PROJETO MUSEU DO CONHECIMENTO PARA TODOS	82
<i>Francisca Ferreira Michelin</i>	
UM MUSEU PARA TODOS: O CAMINHO CONTINUA	104
<i>Desirée Nobre Salasar</i>	
ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E SUSTENTABILIDADE	116
<i>Julio Caetano Costa</i>	
AUDIODESCRIÇÃO NO TEATRO	130
<i>Mimi Aragón e Rafael Braz</i>	
CAMINHOS DA ACESSIBILIDADE NO MUSEU HISTÓRICO NACIONAL	147
<i>Valéria Regina Abdalla Farias</i>	

UMA MENSAGEM PREMENTE: SMS – SÍTIOS DE MEMÓRIA DO SOFRIMENTO EM TEMPOS DE NECROPOLÍTICA	164
<i>Jeniffer Cuty</i>	
UM PROJETO DE EXTENSÃO COMO O CATALISADOR DAS AÇÕES DE ACESSIBILIDADE EM UM MUSEU UNIVERSITÁRIO	182
<i>Aline Rocha de Souza Ferreira de Castro, Damiane Daniel Silva Oliveira dos Santos, Nathally de Almeida Rosário e Tatiana de Castro Barros Fonseca</i>	
O ESPECTADOR SURDO E A LEGENDAGEM ACESSÍVEL	200
<i>Patrícia Araújo Vieira</i>	
ACESSIBILIDADE NA WEB: POR QUE DEVO ME PREOCUPAR COM ISSO? .	220
<i>Suzeli Damaceno</i>	
CONSULTORIA EM AUDIODESCRIÇÃO: CONTANDO O QUE OS OLHOS NÃO PODEM VER.....	230
<i>Felipe Mianes</i>	
SÓ É ACESSÍVEL SE DER PARA ENTENDER	244
<i>Heloisa Fischer</i>	
TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS/PORTUGUÊS EM AMBIENTES CULTURAIS.....	262
<i>José Vinícius de Melo Scheffer</i>	
PRESENÇA DOS ARTISTAS COM DEFICIÊNCIA PARA ALÉM DOS CERCADINHOS DEMARCADOS PELA BIPEDIA COMPULSÓRIA.....	276
<i>Carlos Eduardo Oliveira do Carmo</i>	
POSSIBILIDADES DE ENSINO DO BALÉ PARA SURDOS	293
<i>Karina Ávila Pereira</i>	
ACESSIBILIDADE CULTURAL: UM CAMINHO.....	304
<i>Célia Maria Adão de Oliveira Aguiar de Sousa</i>	

AUDIODESCRIÇÃO NO CARNAVAL DE SÃO PAULO.....	315
<i>Livia Maria Villela de Mello Motta</i>	
CARTA DE PELOTAS: RESISTÊNCIA E MOBILIZAÇÃO	
PELAS DIFERENÇAS	335
CARTA AOS BÍPEDES, SALVADOR, 29 DE JUNHO DE 2020	344
<i>Edu O.</i>	
SOBRE OS PALESTRANTES.....	351

SÓ É ACESSÍVEL SE DER PARA ENTENDER

Heloisa Fischer

O tema da palestra de abertura do Seminário Internacional de Acessibilidade Cultural colocou-se em forma de pergunta, “Comunicamos para quem?”, e isso não foi à toa. A fala da museóloga e gestora cultural portuguesa Maria Vlachou lançou muitos questionamentos. Dada a sintonia entre o ponto de vista da palestrante e a minha perspectiva sobre a escrita difícil de entender, inicio esta reflexão dialogando com alguns pontos que foram ali levantados.

Vlachou compartilhou a sua estranheza com o fato de muitas organizações artísticas usarem uma linguagem fria, institucional e sem expressão de sentimento ao se dirigirem ao público. “A falta de sensibilidade e a falta de vida neste tipo de linguagem chega quase a chocar”, resumiu. Sinto semelhante desconforto e concordo que escrever sobre cultura e arte é exprimir o que existe de mais íntimo em nós. Concebo a falta de vida em um texto como manifestação da falta de empatia com o leitor. Mas ocorre que a escassez de empatia ultrapassa a escrita das instituições culturais: é um mal social sistêmico. Grande parte das informações que orientam consumidores e cidadãos parecem ter sido redigidas sem ter em mente os leitores a que se destinam. Quando a dimensão do outro é sufocada, um texto não consegue respirar. Falta-lhe vida.

“A comunicação cultural deve se dirigir a quem não é especialista”, ressaltou Maria Vlachou, ressentindo-se da regra ser pouco seguida. Compartilho de sua visão. Trago o exemplo da comunicação de música clássica, que costuma preferir um linguajar mais apropriado a conversas entre músicos profissionais do que a informes para públicos heterogêneos. Privilegiam-se termos técnicos, palavras em outros idiomas e expressões específicas do universo dos concertos. É comum esquecer que o público não é formado apenas por especialistas. O mesmo ocorre em muitos

outros setores, inclusive na administração pública. Profissionais altamente especializados que atuam em governos tendem a escrever orientações à população usando jargão, termos técnicos, siglas e outros elementos linguísticos próprios do gênero textual burocrático. Sabe-se que o estilo dicionarizado como “burocratês” (HOUAISS e VILAR, 2001, p. 532), uma subvariedade da linguagem jurídica, traz dificuldade de leitura mesmo para leitores altamente escolarizados (FISCHER ET AL, 2019). É curioso observar como o burocratês se estabeleceu enquanto matriz textual de comunicações institucionais, instrutivas e mesmo informativas. Se o burocratês é um estilo onipresente na redação de variados setores, por que o setor cultural estaria a salvo da burocratização de sua escrita? Mas a justificativa não reduz a inquietação com as consequências de tal expressão escrita.

Vlachou lembrou que muitas pessoas têm dificuldade em compreender os textos em exposições de arte e pensam: “Se eu não estou entendendo, então a arte não é para mim.” A pesquisadora crê que tal pensamento prejudique a formação de novas plateias. Estou de acordo com a perspectiva, porque, na maior parte das vezes, o problema está no texto e não da pessoa que lê. Seja por falta de empatia com leitores ou por excesso de elementos linguísticos que dificultam a leitura, os textos podem assumir um caráter segregador e provocar exclusão social pela linguagem. Temos aí um problema a ser enfrentado com urgência, especialmente nas informações de interesse coletivo. Quantas pessoas deixam de entender uma informação escrita em linguajar desnecessariamente complexo e se afastam, creditando a si mesmas o problema que, na verdade, é do texto? Eis uma chaga social que precisa ser sanada.

A palestrante portuguesa também questionou a falta de reciprocidade na relação entre quem faz e quem consome cultura. Este desequilíbrio se

manifestaria em uma postura excludente e arrogante, manifestada na forma de comunicar. O problema que Vlachou chama “arrogância” eu classifico como “desejo de diferenciação”. Creio ser a mesma característica, com nomes distintos. Se eu falo ou escrevo de um jeito que você não entende, demonstro saber algo que você desconhece e isso me diferencia. O estilo textual torna-se, então, um instrumento de poder (PIEPER, 1992), capaz de impor barreiras no acesso ao conhecimento e, assim, alimentar a arrogância. Uma característica indesejável à relação de organizações culturais com o seu público.

As questões levantadas por Maria Vlachou me remeteram a um pioneiro estudo dos anos 1980 sobre textos do setor público brasileiro serem desnecessariamente complexos. A autora Neide Rodrigues de Sousa Mendonça construiu o seu estudo a partir de uma visão crítica sobre a linguagem com a qual governos comunicam-se com cidadãos: “Escrever mal é desumano e antidemocrático porque desrespeita um direito fundamental do leitor: compreender os textos que regulam a sua vida de cidadão” (MENDONÇA, 1987). Se semelhante perspectiva pudesse ser aplicável ao setor cultural, então seriam considerados desrespeitosos os textos difíceis de entender que regulam as relações com espectadores, visitantes ou leitores.

Importante destacar que minhas reflexões sobre simplificar a linguagem estão circunscritas à comunicação de informações, sem jamais questionar os estilos da expressão artística. A arte é o campo por excelência da liberdade. À criatividade não cabe qualquer intervenção restritiva. Jamais deve-se impor limites formais à expressão criativa. No entanto, toda manifestação artística requer esforços de comunicação que alcancem públicos heterogêneos, de modo a sensibilizá-los a conhecer a obra em questão. É

este texto informativo que ganha vida ao ser escrito em Linguagem Simples.

O que é Linguagem Simples

O termo Linguagem Simples vem do movimento internacional *Plain Language*. Consiste em uma causa social e uma técnica de comunicação. Em inglês, a palavra *plain* significa simples, direto, sem rodeios. No português do Brasil, a tradução de *Plain Language* vem se consolidando como Linguagem Simples. Em Portugal, usa-se a tradução Linguagem Clara. Outro termo também associado ao movimento *Plain Language* é Linguagem Cidadã.

Como causa social, presente em alguns países desde os anos 1940, inicialmente nos Estados Unidos e no Reino Unido, vem mobilizando servidores públicos, cidadãos e consumidores em prol do direito de entender informações que orientam o cotidiano (FISCHER, 2018). O movimento global ampliou-se a partir da década de 1970. No final dos anos 1990, o vice-presidente americano Al Gore afirmou: “Ser informado de forma clara por seu governo é um direito civil” (PLAINLANGUAGE.GOV, s/d). Nos anos 2000, a transformação digital e consolidação dos programas de transparência de informações impulsionou a causa da Linguagem Simples na comunicação pública. A meu ver, uma informação só estará acessível se for fácil de entender. Informar de um jeito complicado praticamente equivale a não informar.

Como técnica de comunicação, a Linguagem Simples tem o propósito de elaborar textos e documentos que sejam fáceis de ler. O objetivo é a pessoa localizar rápido a informação, entendê-la e usá-la a seu favor – quantas vezes nós já nos prejudicamos devido à má compreensão de informações?

A Associação Internacional de Linguagem Simples (*Plain Language Association International – PLAIN*) formula a seguinte definição, já traduzida para o português, usando a tradução do termo em Portugal: “Uma

comunicação está em Linguagem Clara quando o texto, a estrutura e o design são tão claros que o público-alvo consegue encontrar facilmente o que procura, compreender o que encontrou e usar essa informação.” (PLAIN,s/d). Esta definição sinaliza que a técnica compreende mais do que a redação do texto, incluindo estrutura da informação, design e usabilidade.

A técnica sendo usada por organizações dos setores público, privado e terceiro setor em diversas nações. Segundo dados da associação internacional, o movimento está presente em 30 países e 15 idiomas (PLAIN,s/d).

Quanto aos aspectos textuais, a Linguagem Simples busca minimizar a incidência de elementos linguísticos que dificultam a leitura, como períodos longos, orações em ordem indireta, orações intercaladas, nominalizações, voz passiva, termos pouco familiares ao leitor e palavras com mais de duas sílabas. Tais elementos exigem maior custo de processamento mental mesmo em pessoas altamente escolarizadas (FISCHER, MONT’ALVÃO e RODRIGUES, 2020). Considere-se ainda a baixa escolaridade da nossa população – só 12% conseguem ler e compreender textos extensos e complexos (INAF BRASIL, 2018) – e o número significativo de pessoas com algum tipo de deficiência: de acordo com o Censo 2010, 23,9 % da população têm deficiências visual, auditiva, motora, mental ou intelectual (IBGE, 2012).

O uso de Linguagem Simples tem o potencial de ampliar o acesso de dezenas de milhões de pessoas a informações que, de outra forma, estariam a elas interdidas, seja por baixo letramento ou por deficiência. A técnica facilita a leitura de textos e agiliza todo o processo de comunicação das informações. Além de reduzir dúvidas, minimizar retrabalho e economizar tempo, tem o potencial de aumentar a participação cidadã e ampliar o controle social. Imagine como seria o impacto de uma lei escrita em

Linguagem Simples nas etapas relacionadas à sua implementação, divulgação e fiscalização?

No Brasil, é um tema novo que desperta interesse crescente. O país já tem um município com Política de Linguagem Simples aprovada. É São Paulo, cidade que vem desempenhando um papel de protagonismo nesse campo. A Lei 17.316, de autoria do vereador Daniel Annenberg (PSDB), está em vigor desde 06/03/2020. Na Câmara Federal, está em tramitação um projeto de lei semelhante ao do legislativo paulistano, propondo uma Política Nacional de Linguagem Simples em órgãos e entidades da administração pública. A autoria do projeto de lei nacional é dos deputados Erika Kokay (PT-DF) e Pedro Augusto Bezerra (PTB-CE). No âmbito estadual, o governo do Ceará tem se mobilizado para instituir uma política de Linguagem Simples na comunicação com os cidadãos. O projeto cearense está a cargo do Íris – Laboratório de Inovação e Dados, ligado à Casa Civil.

UM EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA TÉCNICA DA LINGUAGEM SIMPLES

O folheto informativo sobre prevenção a infecção hospitalar exemplifica uma reescrita de texto em Linguagem Simples. Foi produzido para o Hospital Federal da Lagoa, no Rio de Janeiro. (Figura 1).

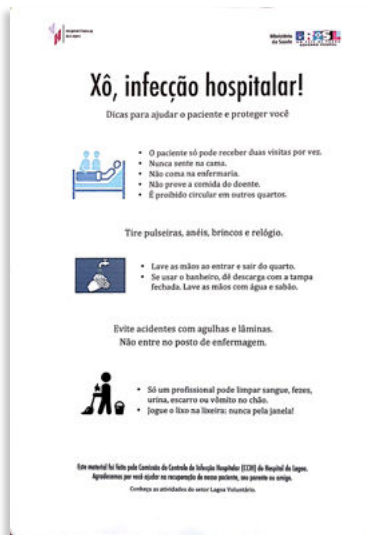
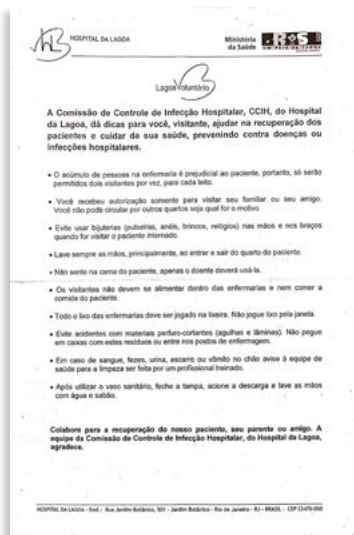


Figura 1: Exemplo de documento antes (esq.) e depois reescrito em Linguagem Simples. **Fonte:** Comunica Simples – comunicasimples.com.br. **Descrição da imagem:** À esquerda, um documento só com blocos de texto, sem título nem imagens. À direita, o mesmo documento após intervenção de Linguagem Simples. O texto foi reescrito e diagramado, recebendo imagens de apoio.

A versão original do folheto era distribuída pelo hospital público carioca em 2016, ano em que lá fui voluntária. O texto tinha as características do burocratês – tanto o linguajar como o visual remetiam a escritórios administrativos. Usava muitos termos técnicos e médicos.

O folheto não dialogava com quem mais precisava ler e entender as informações: amigos e familiares que visitavam os doentes internados. Grande parte dos pacientes atendidos pelo hospital tem baixa escolaridade. A informação sobre como prevenir infecção hospitalar estava disponível, mas será que o público-alvo entendia?

Propus a reescrita do texto e sugeri mudanças visuais àqueles blocos de texto justificado, pouco convidativos à leitura. O folheto ganhou título (“Xô,

infecção hospitalar!”) e subtítulo (“Dicas para ajudar o paciente e proteger você”). As informações foram divididas em blocos curtos, com palavras de uso corrente. Foram inseridas algumas imagens coloridas. Após diversas etapas de validação técnica, o folheto reescrito passou a ser distribuído no hospital.

DIRETRIZES DA TÉCNICA DE REDAÇÃO LINGUAGEM SIMPLES

Como técnica de redação, a Linguagem Simples vem sendo construída por diversas partes interessadas, em diversos países, desde os anos 1940. É mais informada pela prática do que por evidências científicas. Profissionais que atuam no setor costumam constituir os próprios conjuntos de regra que utilizam – vale destacar o minucioso trabalho de sistematização de diretrizes feito pelo britânico Martin Cutts (2013). No caso da comunicação pública, cada governo costuma estabelecer o seu próprio escopo de orientações.

A investigação dos impactos da técnica na compreensibilidade de textos é ainda incipiente. São raros os autores de referência – vale destacar a pesquisadora americana Karen Schriver (2017). A escassez de estudos científicos gera críticas dentro da própria comunidade internacional de praticantes, que vem recomendando a realização de trabalhos investigativos (SCHRIVER E GORDON, 2010). A pesquisa que desenvolvo no mestrado em Design da PUC-Rio pretende contribuir com este corpo de conhecimento. O estudo articula conceitos do Design da Informação, da Ergonomia Informacional e da Psicolinguística para investigar a compreensibilidade textual de serviços públicos digitais. Sou orientada pela professora Claudia Mont’Alvão (Departamento de Artes e Design) e coorientada pela professora Erica dos Santos Rodrigues (Departamento de Letras).

A Associação Internacional *PLAIN* indica algumas diretrizes de redação em Linguagem Simples. Quanto ao tom do texto, recomenda-se que seja dialógico, com uso de pronome pessoal (nós, você). Isso não significa escrever na forma de diálogo ou usar gírias, mas assumir que, do outro lado da página ou da tela, existe uma pessoa com quem o texto conversa cordialmente.

Quanto à escolha de palavras, a *PLAIN* orienta os praticantes preferirem a palavra mais simples. Por exemplo, entre os verbos comprar e adquirir, é melhor usar comprar, pois termos corriqueiros são compreendidos mais rápido. A Associação também orienta evitar o uso de jargão e minimizar o uso de termos técnicos. Caso seja necessário usar palavras técnicas, é preciso explicá-las.

Com relação ao tamanho de frase, nos vários idiomas onde a Linguagem Simples está presente, parece haver consenso com a extensão média entre 15 e 20 palavras. Recomenda-se não exceder 30 a 35 palavras. A *PLAIN* também alerta que frases na voz ativa tendem a facilitar a leitura de textos.

Venho desenvolvendo um método de escrita em Linguagem Simples fundamentado em estudos dos últimos quatro anos. A metodologia considera as boas práticas do movimento internacional *Plain Language* e a realidade social brasileira. O *Método de Escrita Comunica Simples* propõe vinte diretrizes. As diretrizes são compostas por valores éticos, atributos de Design da Informação (abreviado como InfoDesin) e condutas para auxiliar na avaliação de materiais. Os atributos de InfoDesign compreendem diretrizes de Organização (estrutura, hierarquia e visual) e diretrizes de Texto (palavras, frases e parágrafos). O método tem uma representação gráfica, em constante aprimoramento. (Figura 2).

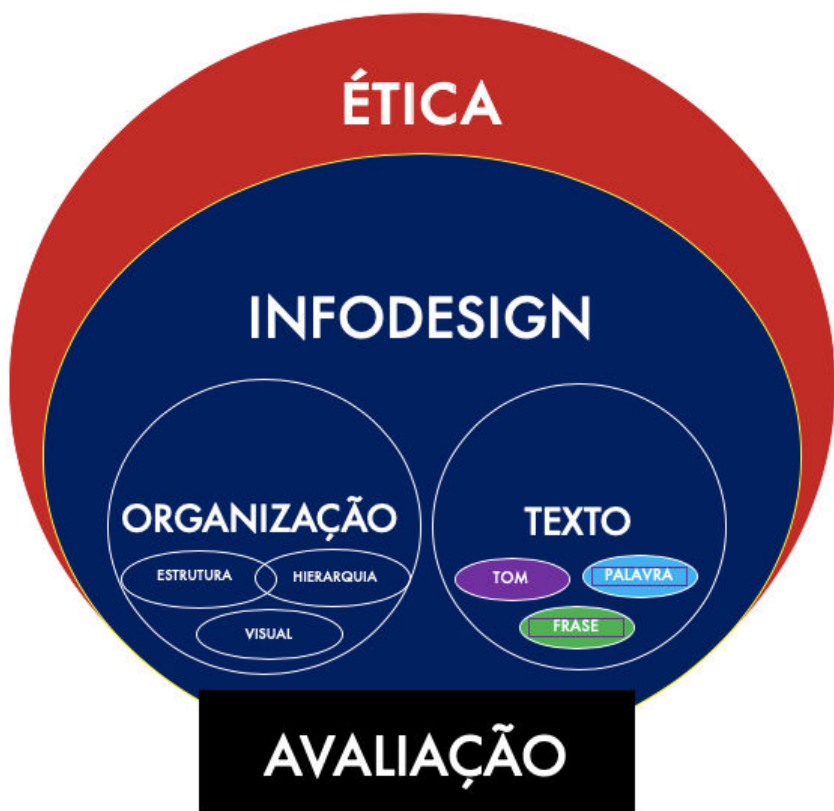


Figura 2: Representação gráfica do Método de Escrita Comunica Simples em Junho 2020. **Fonte:** Comunica Simples – comunicasimples.com.br. **Descrição da imagem:** Figura geométrica composta por três cores. Na área vermelha, está escrita a palavra “Ética”. Na área azul, está escrita a palavra “InfoDesign”, que uma sigla para Design da Informação. Dentro da área azul, há dois círculos com as palavras “Organização” e “Texto”. No círculo “Organização”, constam três formas achatadas, cada uma com as palavras “Estrutura”, “Hierarquia” e “Visual”. No círculo “Texto”, há outras três formas achatadas, cada uma com as palavras “Tom”, “Palavra” e “Frase”. Na área preta, está escrita a palavra “Avaliação”.

Se a técnica da Linguagem Simples facilita a compreensão de quem lê e agiliza os processos de comunicação decorrentes do conteúdo original, ela demanda mais tempo para redigir. Estimo que um texto escrito em Linguagem Simples, sintético, sem elementos linguísticos que compliquem a leitura e com todas as informações necessárias à comunicação, pode levar o triplo de tempo escrever. É válido ponderar que o tempo investido na elaboração tende a ser compensado no ganho de agilidade das ações posteriores. Ou seja, um material produzido em Linguagem Simples tem o que chamo de “efeito dominó de acessibilidade”: agiliza trabalhos como tradução e interpretação em Libras, legendagem para surdos e ensurdecidos, audiodescrição e o Leitura Fácil (*Easy Read ou Easy-to-read*).

LINGUAGEM SIMPLES E EASY READ: ALGUMAS DIFERENÇAS

Gostaria de pontuar que Linguagem Simples e Leitura Fácil são recursos distintos. A Leitura Fácil surgiu para atender, prioritariamente, as necessidades de pessoas com deficiência (IFLA, 2010). Este perfil demográfico não é priorizado pela Linguagem Simples, que tem a missão de aumentar a compreensibilidade de textos para leitores com distintos níveis de alfabetismo.

Apesar de haver afinidade de propósito e diretrizes entre os dois recursos, há características significativas que os diferem. É o caso do uso de imagens para facilitar a compreensão das informações. A comunidade internacional de Linguagem Simples recomenda os elementos visuais, mas não os classifica como suporte essencial para garantir a compreensibilidade de uma mensagem, como aconselham as recomendações de *Easy Read*. O folheto para o Hospital Federal da Lagoa exemplifica a diferença: algumas

informações receberam o apoio de imagens, enquanto outras ficaram sem suporte visual.

Outra diretriz não compartilhada diz respeito à escrita em letras maiúsculas (caixa-alta). Há conteúdos em *Easy Read* com textos totalmente redigidos em caixa-alta e validados pelos usuários a que se destinam. Essa é uma prática contraindicada nas orientações de Linguagem Simples.

Matausch e Nietzio (2013) fizeram uma boa investigação sobre semelhanças e diferenças de ambos recursos. No que diz respeito à estrutura de frases, as diretrizes de *Easy Read* determinam uma ideia por sentença, mas esta recomendação costuma ser secundária nas boas práticas de Linguagem Simples. E se no *Easy Read* a etapa de validação do conteúdo com usuários é essencial, na Linguagem Simples tal prática costuma ser flexibilizada.

APLICANDO A LINGUAGEM SIMPLES NO COTIDIANO: UMA ATITUDE E TRÊS DIRETRIZES

Aprender a escrever em Linguagem Simples assemelha-se ao aprendizado de idiomas estrangeiros: exige tempo, muitos exercícios para fixar o conteúdo e a orientação de alguém experiente. Etapas iniciais desenvolvem a habilidade de traduzir o pensamento. Em estágio adiantado, espera-se que as ideias já nasçam formuladas na nova linguagem. Ou seja, dominar a escrita em Linguagem Simples requer dedicação e continuidade. Mas se tal nível de proficiência cabe apenas a uma minoria que busca a especialização, como disseminar a Linguagem Simples?

Mais do que uma causa e uma técnica, considero a Linguagem Simples uma maneira de agir e pensar que pode ser praticada em vários níveis, do mais básico ao mais proficiente. Entre os caminhos rápidos para a inserir a

Linguagem Simples no cotidiano, recomendo uma mudança de atitude e três diretrizes de escrita.

Quanto à atitude, sugiro que você passe a receber os textos áridos e desnecessariamente complicados que informam o seu dia a dia com acolhimento e crítica fraterna.

Sugiro acolhimento por reconhecer que o burocratês é o que o sociólogo Emile Durkheim chama de “fato social”. Em estudo anterior, defendi a linguagem burocrática como fato social já que “exerce coerção por constituir uma realidade exterior aos indivíduos, que não conseguem impedi-la de existir e com ela se conformam” (FISCHER, 2018, p. 10). Há muitos séculos, em muitos países e em muitos idiomas, esta forma de comunicação é socialmente aceita. Precisamos aceitar essa condição, antes de criticá-la.

Sugiro exercer a crítica fraterna no sentido que o filósofo e teólogo Zeca de Mello utiliza o adjetivo quando fala em “provocações fraternas”. Em suas aulas, o professor carioca destaca a importância de questionamentos afetivos e cuidadosos na construção dos laços de confiança. A partir de agora, quando você ler um texto difícil de entender, não acate a situação passivamente, mas procure analisar e questionar o que pode ser melhorado, sempre de forma cuidadosa.

Quanto às três diretrizes de escrita, proponho que você preste atenção ao tom do texto, à familiaridade das palavras e ao tamanho das frases. Observe se o tom do texto é humano e amigável. Por exemplo, em vez de redigir uma placa de sinalização com o texto “O Museu agradece a presença dos visitantes”, considere dirigir-se a quem vai ler: “Agradecemos a sua visita!”. Observe se as palavras escolhidas são familiares do público-alvo. Será que os termos são corriqueiros? Ou exigem um vocabulário mais amplo? Questione-se sempre. Por fim, monitore o tamanho de suas frases. Se

tiverem mais de 20 palavras, elimine termos desnecessários, divida em frases menores ou reformule.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Textos informativos difíceis de ler e entender são um problema multifacetado e antigo, que traz consequências negativas. Um dos desdobramentos indesejáveis é o agravamento da exclusão social. Grande parte da ação cultural é intermediada por meio de informações e instruções escritas, daí a importância de usar um linguajar que públicos heterogêneos compreendam. O texto só será acessível se todos, incluindo as pessoas com menos escolaridade e com deficiência, conseguirem entender.

Como causa social e técnica de comunicação, a Linguagem Simples acumula mais de 80 anos de história, em diversos países. Colabora para aumentar a compreensibilidade textual em diversos setores e mitigar a exclusão social pela linguagem. É uma grande aliada dos recursos de acessibilidade. No Brasil, o tema vem conquistando espaço na agenda pública, com grande potencial de mobilização e aplicação.

A escrita deve ser uma ferramenta a serviço da compreensão de processos sociais e culturais complexos. Se o estilo de redação complicar o entendimento de realidades já previamente complexas, prejudicando a participação e o engajamento, deve-se reconhecer o problema, acolhê-lo e buscar caminhos de mudança. O instrumental da Linguagem Simples tem muito a colaborar.

REFERÊNCIAS

CUTTS, Martin. **Oxford Guide to Plain English**. Oxford: Oxford University Press, 2013.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2002.

FISCHER, Heloisa. **Clareza em textos de e-gov, uma questão de cidadania**. Rio de Janeiro: Com Clareza, 2018.

FISCHER, Heloisa; MONT'ALVÃO, Claudia; DOS SANTOS RODRIGUES, Erica. O PAPEL DO TEXTO NA COMPREENSIBILIDADE DE E-SERVIÇOS. In: **Revista ErgodesignHCI**, [S.l.], v. 7, n. Especial, p. 207-219, apr. 2020. ISSN 2317-8876. Disponível em: <<http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/1275>>. Acesso em: 24 jun. 2020.

FISCHER, Heloisa; MONT'ALVÃO, Claudia; RODRIGUES, Erica dos Santos; ENGELKE, Antonio; "Compreensibilidade em textos de e-gov: uma análise exploratória da escrita do INSS", p. 303-313. In: **Anais do 9º CIDI | Congresso Internacional de Design da Informação, edição 2019 e do 9º CONGIC | Congresso Nacional de Iniciação Científica em Design da Informação**. São Paulo: Blucher, 2019. ISSN 2318-6968, DOI 10.5151/9cidi-congic-1.0306. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/compreensibilidade-em-textos-de-e-gov-uma-anlise-exploratria-da-escrita-do-inss-33627>. Acesso em: 24 jun. 2020.

HOUAISS, Antonio. VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010 : Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência.**

Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 24 jun. 2020

IFLA–International Federation of Library Associations and Institutions.

Guidelines for easy-to-read materials. Revision by Misako Nomura, Gyda Skat, Nielsen and Bror Tronbacke on behalf of the IFLA/Library Services to People with Special Needs Section. The Hague, IFLA Headquarters. – 31p. – 30cm (IFLA Professional Reports; 120). 2010. Disponível em: <https://www.ifla.org/files/assets/hq/publications/professional-report/120.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2020

INAF BRASIL. **Resultados preliminares.** Estudo especial sobre alfabetismo e mundo do trabalho. São Paulo: Instituto Paulo Montenegro e Ação Educativa, 2018. Disponível em: http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_vo8Ago2018.pdf Acesso em: 24 jun. 2020.

MATAUSCH, Kerstin. NIETZIO, Annika. **Easy-to-Read and Plain Language: Defining Criteria and Refining Rules.** Easy-to-Read on the Web Symposium. 3 December 2012. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/RD/2012/easy-to-read/paper11/#plain-writing>. Acesso em: 24 jun. 2020.

MENDONÇA, Neide Rodrigues de Souza. **Desburocratização Linguística: Como simplificar textos administrativos.** São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1987.

PIEPER, Josef. *Abuse of language, abuse of power*. San Francisco: Ignatius Press, 1982.

PLAIN-PLAIN LANGUAGE ASSOCIATION INTERNATIONAL. Site. Disponível em: <https://plainlanguagenetwork.org/> Acesso em: 24 jun.2020

PLAINLANGUAGE.GOV. Site. Disponível em: <https://plainlanguage.gov/resources/quotes/government-quotes/>. Acesso em: 24 jun. 2020.

SCHRIVER, Karen. *Plain Language in the US Gains Momentum: 1940-2015*. In: **IEEE Transactions on Professional Communications**, Vol. 60, N. 4, December 2017.

SCHRIVER, Karen. GORDON, Frances. Grounding plain language in research. In: **Clarity 64**. November 2010.

SOBRE OS PALESTRANTES

ALINE ROCHA, é graduada em Museologia e Doutora em Ciências (Geologia). Atualmente é museóloga e vice-diretora do Museu da Geodiversidade (MGeo - IGEO - Universidade Federal do Rio de Janeiro), coordenadora da Câmara de Acessibilidade do Sistema Integrado de Museus, Acervos e Patrimônio (GT SIMAP - UFRJ) e membro do Fórum Permanente UFRJ Acessível e Inclusiva (UFRJ).

CÉLIA SOUSA, Doutora em Ciências da Educação. É docente do Instituto Politécnico de Leiria (Portugal) e coordena o Centro de Recursos para a Inclusão Digital (CRID), da mesma instituição. Pesquisadora do Centro de Investigação interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa. Membro da direção da Sociedade Portuguesa de Engenharia de Reabilitação e Acessibilidade (SUPERA).

DESIRÉE NOBRE, é graduada em Terapia Ocupacional e Mestre em Memória Social e Patrimônio Cultural. Atualmente é professora substituta do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas, onde também atua como colaboradora da Rede de Museus e na Pró-reitoria de Extensão e Cultura. Coordenadora do Seminário Internacional de Acessibilidade Cultural.

EDU O., é graduado em Artes Plásticas e Mestre em Dança. Atualmente é doutorando em Dança, artista e Professor da Escola de Dança da Universidade Federal da Bahia.

FELIPE LEÃO MIANES, é graduado em História e Doutor em Educação. Audiodescritor de diversos produtos, tem larga experiência como formador e pesquisador nas áreas de inclusão, acessibilidade e audiodescrição.

FRANCISCA FERREIRA MICHELON, é graduada em Licenciatura Plena em Educação Artística e Doutora em História. Professora do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, atualmente exerce o cargo de Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Pelotas.

HELOISA FISCHER, é graduada em Jornalismo e Especialista em Cultura do Consumo. Mestranda em Design e fundadora da Comunica Simples, assessoria de aprendizagem especializada em Linguagem Simples. Integra a Plain Language Association International (PLAIN).

JEFFERSON FERNANDES ALVES, é graduado em Pedagogia e Doutor em Educação. Professor do Departamento de Práticas Educativas e Currículo, do Centro de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Coordena o Setor de Acessibilidade da Secretaria de Educação a Distância da UFRN. Diretor do Centro de Educação/UFRN.

JENIFFER CUTY, é graduada em Arquitetura e Urbanismo e Doutora em Planejamento Urbano e Regional. Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora em Direitos Humanos. É a atual Coordenadora da Comissão de Graduação do Curso de Museologia da UFRGS.

JULIO CAETANO COSTA, é graduado em Terapia Ocupacional e Doutor em Informática na Educação. É professor do Curso de Terapia Ocupacional da Universidade Federal de Pelotas.

KARINA PEREIRA, Psicopedagoga, Doutora em Educação. É professora da Área de Libras na Universidade Federal de Pelotas. Trabalha com pesquisas e projetos relacionados à arte inclusiva e a comunidade surda.

LÍVIA MOTTA, é audiodescritora com mestrado e doutorado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem. Atua na implementação da audiodescrição em todos os tipos de espetáculos, produtos audiovisuais, além de eventos religiosos, acadêmicos e sociais.

MARIA VALCHOU, é graduada em História e Arqueologia e Mestra em Museologia. Membro fundadora e Diretora Executiva da associação Acesso Cultura. Membro dos corpos gerentes do ICOM Portugal (2005-2014) e editora do seu boletim.

MARILAINE CASTRO DA COSTA, é graduada em Jornalismo e Mestra em Comunicação Acessível. É sócia da Accorde Filmes, onde atua como produtora, roteirista, diretora e audiodescritora de obras audiovisuais.

MIMI ARAGÓN, é sócia da OVNI Acessibilidade Universal, atua como produtora de recursos de acessibilidade comunicacional em mais de duas centenas de projetos nas áreas do audiovisual, artes cênicas, música, artes visuais, museus, educação, editorial, internet, publicidade e política. É audiodescritora roteirista e narradora.

PATRÍCIA DORNELES, é graduada em Terapia Ocupacional e Doutora em Geografia. Atua há 20 anos no campo das políticas públicas culturais. É coordenadora do I Curso de Pós-Graduação em Acessibilidade Cultural para pessoas com deficiência, com o apoio do Ministério da Cultura. É professora do Departamento de Terapia Ocupacional da UFRJ e coordenadora do Grupo de Pesquisa Terapia Ocupacional e Cultura - CNPQ.

PATRÍCIA ARAÚJO VIEIRA, é graduada em Letras e Doutora em Linguística Aplicada. Tem desenvolvido pesquisas na área de Linguística, com ênfase nos seguintes temas: Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), leitura e escrita em português como segunda língua para os surdos, Tradução Audiovisual Acessível a surdos pela legendagem e movimentação ocular. É professora adjunta do curso Letras Libras da Universidade Federal do Ceará.

RAFAEL BRAZ, é psicólogo e consultor em audiodescrição. Já realizou consultorias para filmes e séries, espetáculos de teatro, shows musicais, exposições de artes visuais e versões acessíveis de materiais pedagógicos, dentre outras modalidades de produções artísticas e culturais. Integra o grupo COM Acesso - Acessibilidade Comunicacional (UFRGS)

SUZELI RODRIGUES DAMACENO, é graduada em Jornalismo, com especialização em Marketing; Administração da Comunicação com o Mercado e Administração de Organizações do Terceiro Setor. Especialista em comunicação acessível e inovação colaborativa. Coordenadora do Movimento Web para Todos.

VALÉRIA ABDALLA, possui graduação em Museologia pela Universidade Federal da Bahia. Mestranda em Comunicação Acessível pelo Instituto Politécnico de Leiria. Atualmente trabalha na área de acessibilidade do Núcleo de Educação do Museu Histórico Nacional (IBRAM) e participa da Rede de Acessibilidade nos Museus (RAM).

VINÍCIUS SCHEFFER, é professor, pesquisador e intérprete de LIBRAS. Atua como professor substituto na rede básica de ensino em escola de surdos pela SEDUC/CE. É consultor em acessibilidade no Museu de Arte Contemporânea do Ceará – MAC Dragão e desenvolve serviços de tradução e interpretação pelo Art! em LIBRAS.

